

A photograph of a classroom scene with a teacher and several young students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a student. Other students are seated around the desk, some looking towards the teacher. The entire image is overlaid with a semi-transparent blue filter. The text 'Cuidador Escolar' is centered in a large, white, serif font.

Cuidador Escolar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
Capítulo 1 – O que faz o Cuidador Escolar.....	05
Capítulo 2 – Apoio Escolar.....	11
Capítulo 3 – As Brincadeiras para Recreação Infantil.....	18
Capítulo 4 – Atividades Lúdicas.....	29
Capítulo 5 – A Inclusão Social.....	37
Capítulo 6 – A Inclusão Escolar.....	45
Capítulo 7 – A Inclusão Digital.....	51
Capítulo 8 – A Mediação Escolar.....	59
Capítulo 9 – Escola Comum Inclusiva.....	65
Conclusões.....	78
Bibliografia.....	81

A photograph of a classroom scene with a teacher and several young students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a student. Other students are seated around the desk, some looking at their own books. The entire image is overlaid with a semi-transparent blue filter. The word "INTRODUÇÃO" is written in large, white, bold, sans-serif capital letters across the center of the image.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O cotidiano escolar é recheado de atividades e práticas, além das aulas teóricas. O professor, principalmente o que tem alunos menores ou que exigem algum tipo de cuidado especial, precisa de apoio para poder trabalhar e realizar suas práticas pedagógicas. Então, entra o trabalho do cuidador escolar.

Preparamos uma apostila de estudos com todos os detalhes sobre a formação, a rotina e o ambiente envolvidos na profissão de cuidador escolar. Primeiro iremos entender o que é essa profissão e como um indivíduo se forma para ela. Em seguida, iremos descrever as atividades e tarefas que são de responsabilidade desse profissional.

Falaremos sobre os cuidados para os quais esse profissional deve estar preparado para exercer, principalmente ao lidar com crianças que têm necessidades especiais. Explicaremos como o cuidador deve apoiar e mediar as interações sociais e didáticas que ocorrem na escola.

Por fim, nossos estudos se concentrarão na questão inclusiva. Abordaremos o conceito de inclusão, descreveremos a escola inclusiva e como todos os profissionais que trabalham na escola, incluindo o cuidador escolar, devem estar orientados, focados e prontos para lidar com as crianças que têm deficiência, altas habilidades ou transtorno do espectro autista (TEA). Assim, esperamos que esse material seja didático, esclarecedor e enriquecedor para o leitor.

A photograph of a classroom scene with a teacher and several students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a young girl with long dark hair. Other students are visible in the background, some looking towards the teacher. The entire image has a blue color overlay.

CAPÍTULO 1 – O QUE FAZ O CUIDADOR ESCOLAR?

CAPÍTULO 1 – O QUE FAZ O CUIDADOR ESCOLAR?

O cuidador escolar é um profissional que vai auxiliar os professores e outros funcionários da escola nos cuidados físicos com as crianças que tiverem necessidades especiais. Suas funções são indispensáveis para o cotidiano da escola e para a realização das aulas e outras atividades pedagógicas. O cuidador escolar vai zelar pela segurança e bem-estar das crianças enquanto elas estiverem na escola.

Neste capítulo, iremos entender quais são essas funções exercidas dentro da escola por esse profissional, e como elas entram na engrenagem que é o processo de ensino-aprendizagem. Como o próprio nome diz, esse profissional vai cuidar: estar atento ao aspecto físico, ao aspecto emocional, à segurança, às interações entre as crianças; zelar pelo cumprimento dos horários das atividades, das refeições, da higiene, enfim, tarefas de suma importância.

Quando pensamos nas crianças com necessidades especiais, pensamos também em cuidados especiais. Muitas dessas crianças são deficientes, outras são autistas e outras têm necessidades emocionais. A escola tem o objetivo de oferecer a essas crianças uma formação integral e para que esta aconteça, esta criança precisa estar bem, precisa estar calma, bem alimentada, limpa e segura. É o cuidador escolar quem vai providenciar isso.

CAPÍTULO 1 – O QUE FAZ O CUIDADOR ESCOLAR?

Entre as funções da escola, uma das mais importantes é ensinar a autonomia, para que a criança saiba se cuidar sozinha, física e mentalmente. É uma tarefa que exige tempo e paciência, principalmente com crianças com NEE (necessidades educacionais especiais), por isso, a presença de um cuidador escolar é fundamental.

Então, quando falamos em promover uma escola inclusiva, ou seja, que tem condições de atender a todas as crianças em idade escolar, não podemos descartar a presença de cuidadores escolares. Esse profissional tem um papel ativo na escola inclusiva, tanto que, em 2013, sua presença se tornou obrigatória na escola com alunos com NEE.

O cuidador nunca vai atuar sozinho, ele sempre será parceiro de outros profissionais, principalmente dos professores. O professor da sala de AEE (atendimento educacional especializado) depende do cuidador para ensinar alunos com dificuldades motoras ou intelectuais, e o da sala regular também. Para entendermos com clareza como trabalha um educador escolar, listamos abaixo as funções e tarefas que ele exerce dentro da escola:

CAPÍTULO 1 – O QUE FAZ O CUIDADOR ESCOLAR?

- **Higiene pessoal:** uma das principais tarefas do cuidador escolar com crianças que têm necessidades especiais é em relação à higiene. O cuidador precisa estar atento se a criança chega limpa, com roupas confortáveis, precisa monitorar as atividades físicas da criança para que ela permaneça em condições de higiene adequadas, esteja sempre em posições confortáveis; precisa limpá-la após a alimentação e o uso do banheiro; e caso ela precise, dar banho, trocar roupas e fraldas;
- **Segurança:** é dever do cuidador escolar zelar pela segurança dos alunos vulneráveis. Por exemplo, alunos com deficiência física ou intelectual, que precisem de auxílio para se locomover e se movimentar; ou alunos com autismo, que podem se deslocar sem permissão dentro escola ou para fora dela;
- **Alimentação:** o cuidador escolar vai providenciar alimentação adequada para todas as crianças com necessidades especiais. Ele precisa monitorar a escolha dos alimentos (de modo que não causem reações alérgicas), a preparação desses alimentos (de modo que a criança consiga ingerir), irá arrumar o local em que as crianças serão alimentadas, providenciando adaptações, se necessário. Além disso, ele ficará responsável pelo horário das medicações dos alunos, se houver alguma. O cuidador também manterá as crianças hidratadas;

CAPÍTULO 1 – O QUE FAZ O CUIDADOR ESCOLAR?

- **Locomoção:** para cada necessidade, o cuidador irá zelar pelos meios de locomoção, por exemplo, empurrar uma cadeira de rodas, ou ajudar um aluno com muletas, guiar o aluno cego ou amparar o que tem baixa visão, orientar o aluno surdo, auxiliar a criança autista, assim como colocar essas crianças em posição confortável para cada atividade escolar;
- **Atividades que envolvam coordenação motora:** muitos alunos irão precisar da ajuda do cuidador escolar para desenhar, escrever, ler, pegar objetos e materiais escolares. Também poderá prestar auxílio na comunicação alternativa e ampliada, selecionando cartões de comunicação, por exemplo;
- **Organização de ambientes e materiais:** o cuidador escolar ficará responsável por organizar salas de aula, banheiros, pátios, bibliotecas, laboratórios, quadras poliesportivas, cantinas, refeitórios e qualquer outro ambiente, antes de a criança adentrar o mesmo. Assim, ela terá suas necessidades atendidas em qualquer local da escola;

CAPÍTULO 1 – O QUE FAZ O CUIDADOR ESCOLAR?

- **Prevenção:** esse cuidado anda em conjunto com o citado acima, pois o cuidador escolar irá tentar prevenir acidentes adequando os ambientes da escola às normas de segurança e estando sempre atento ao cumprimento dessas normas durante o dia-a-dia escolar;
- **Rotina:** para que todas essas tarefas sejam bem cumpridas e no horário, o cuidador escolar vai organizar uma rotina, com todas as atividades e locais em que necessitam dele, para que ele não se sobrecarregue e nem deixe nenhuma criança necessitada de apoio. Se houver uma demanda maior, possivelmente a escola terá mais de um cuidador, e juntos, eles elaboraram um cronograma para ambos poderem prestar seus serviços com eficiência.

Como pudemos perceber nesse capítulo, o cuidador tem muitas tarefas dentro da escola e essas tarefas são muito importantes para o bem-estar das crianças e para a rotina escolar. A seguir, iremos descrever a formação adequada para esse profissional.

A photograph of a classroom scene with a teacher and several young students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a student. Other students are seated at desks around her, some looking towards the teacher. The scene is overlaid with a semi-transparent blue filter. The text 'Capítulo 2 – APOIO ESCOLAR' is centered in white.

Capítulo 2 – APOIO ESCOLAR

Capítulo 2 – APOIO ESCOLAR

Pudemos notar pelo capítulo anterior que o cuidador escolar tem múltiplas tarefas e que estas são de grande responsabilidade. Sendo assim, pensamos que esse trabalho exige uma boa formação, uma qualificação adequada. Neste capítulo, iremos descrever qual seria essa formação, o que o indivíduo precisa estudar para se tornar um cuidador escolar qualificado.

Legislação sobre Apoio Escolar

Sobre as questões legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), de 1996, afirma que todas as crianças em idade escolar (4 a 17 anos) devem ser matriculadas nas escolas de ensino regular, incluindo as crianças com necessidades educacionais especiais – NEE (pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista – TEA, e altas habilidades).

Desde que todas as crianças começaram a frequentar a escola, aumentaram as tarefas e responsabilidades dos profissionais da educação, já que aumentou também o número e a diversidade de alunos. Sendo assim, os professores se viram sobrecarregados de responsabilidades, sendo que algumas fugiam de suas habilidades e sua qualificação.

Capítulo 2 – APOIO ESCOLAR

Essas responsabilidades incluíam cuidados especiais com crianças deficientes, autistas e outras que precisavam de ajuda para se alimentar, se vestir, se locomover, estudar, etc. A escola passou a reivindicar um profissional que fosse treinado, qualificado para essas funções, surgiu assim a necessidade do cuidador escolar, ou profissional de apoio escolar.

A Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, chamada Lei de Inclusão, afirma, em seu artigo 3º:

XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

Capítulo 2 – APOIO ESCOLAR

Portanto, o profissional de apoio escolar vai entrar na escola de ensino regular para ser um apoio, um auxílio para o aluno que tem necessidades especiais. A escola então, deve acionar a Secretaria de Educação (municipal ou estadual, dependendo da escola) e pedir a contratação do apoio.

Formação do Profissional de Apoio Escolar

Geralmente, os editais de contratação de cuidadores escolares, tanto da rede municipal, quanto da rede estadual, exigem apenas o Ensino Médio, porém, a contratação para cargos públicos exige uma prova oficial, através de concurso e a contratação para rede de ensino privada vai exigir um currículo com boas qualificações. Daí, deduzimos que a formação do profissional de apoio escolar deve ir além da conclusão do Ensino Médio, precisa incluir certas habilidades e competências que iremos descrever neste capítulo.

Quando pensamos nas responsabilidades que o cuidador escolar tem em relação às crianças, entendemos a importância de se contratar uma pessoa que conheça a realidade do cotidiano escolar e do público com o qual vai lidar, por isso, é fundamental que este profissional tenha conhecimento a respeito dos seguintes temas:

Capítulo 2 – APOIO ESCOLAR

- **Inclusão escolar:** é preciso conhecer o contexto de inclusão, sua história, documentos legais, legislação sobre o tema, direitos dos deficientes. Também deve conhecer as teorias educacionais inclusivas que orientam como lidar com a educação de crianças com necessidades educacionais especiais;
- **Deficiências:** é preciso estudar o quadro geral das deficiências (auditiva, visual, física, mental e múltiplas), suas manifestações, características, sintomas e evolução. O cuidador deve conhecer, principalmente, a criança de quem irá cuidar, estudando suas necessidades e suas habilidades, para lhe oferecer cuidado adequado e útil;
- **Transtorno do espectro autista:** o TEA é um dos públicos atendidos na lei de inclusão e precisa ser conhecido do cuidador escolar. Ele deve se preparar para lidar com os sintomas e manifestações dos 3 níveis do espectro e também com outras síndromes incluídas como a de Asperger, de Rett, de Kanner;
- **Desenvolvimento humano:** qualquer pessoa que lide com a educação escolar precisa conhecer as fases de desenvolvimento humano e suas características para conseguir entender o comportamento do aluno e intervir no mesmo;

Capítulo 2 – APOIO ESCOLAR

- **Atividades lúdicas:** brincar faz parte do universo infanto-juvenil, inclusive do universo de crianças com comprometimento físico e/ou mental, portanto, é interessante que o cuidador escolar conheça jogos e brincadeiras lúdicas para todas as idades, para que possa entreter a criança ou adolescente quando necessário;
- **Legislação específica:** lidar com crianças e adolescentes, inclusive os com NEE, exige conhecimentos legais, para que o profissional não coloque a segurança e bem-estar dos mesmos em risco, nem permita que outros o façam, isso é parte do zelo e do cuidado. Também é importante conhecer os direitos dos deficientes para que se possa respeitar esses direitos e garantir que os outros os respeitem. As principais leis que devem ser estudadas são a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e a Lei de Inclusão de 2015;
- **Diretrizes Curriculares:** muitas vezes o apoio escolar se dará em sala de aula, ajudando o aluno a escrever, desenhar, manipular objetos, digitar. Por isso, o cuidador escolar precisa conhecer o currículo da Educação Básica, não para ensinar, que é tarefa do professor, mas para auxiliar com mais propriedade;

Capítulo 2 – APOIO ESCOLAR

- **Saúde e cuidados com as crianças:** um dos aspectos mais importantes para o trabalho do cuidador escolar é a saúde da criança e adolescente que ele irá auxiliar. Para estar preparado para esse cuidado, é importante conhecer a anatomia e a fisiologia humanas, aspectos biológicos de nossa espécie e cuidados relacionados às deficiências. O cuidador também deverá conhecer bem as informações gerais sobre higiene, alimentação e locomoção de deficientes. Só assim o cuidador conseguirá ter segurança ao lidar com uma criança que tem saúde frágil e precisa de cuidados especiais;
- **Rotina escolar:** embora cada escola tenha uma rotina específica, é importante conhecer o funcionamento de cada etapa de ensino. Saber como funciona a rotina da Educação Infantil, como são as aulas e atividades no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, assim, o cuidador escolar poderá montar sua própria rotina para auxiliar os alunos.

Concluindo, mesmo que a maioria dos editais não exija especialização para o trabalho de cuidador escolar, é importante que esse profissional estude, formal ou informalmente, conhecimentos e temas necessários não só para praticar a profissão com competência, como para se destacar no mercado de trabalho.

A photograph of a classroom scene with a teacher and several young students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over and looking at a book held by a student. Other students are seated around her, some looking at their own books. The scene is overlaid with a semi-transparent blue filter. The text 'Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL' is centered over the image.

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

Trabalhar na escola exige do profissional de apoio uma formação ampla e um perfil multitarefas, como pudemos entender pelos capítulos anteriores, por isso, é muito útil conhecer o universo infantil e as formas de lazer das crianças, para poder aproveitar ao máximo o tempo que se tem com elas. Neste capítulo, iremos conhecer os principais tipos e exemplos de brincadeiras para realizar com crianças, mesmo elas tendo algum comprometimento físico ou motor.

Primeiro, é preciso entender que as brincadeiras infantis podem ser agrupadas em quatro tipos básicos: o jogo simbólico, que envolve imaginação e o faz-de-conta; o psicomotor, que trabalha os aspectos neurológico e motor; o didático, que ensina algo à criança; e o social, que envolve interação, cooperação, competição, enfim, socialização. A seguir, explicaremos melhor cada um deles.

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

★ Jogos Simbólicos

O jogo simbólico envolve a imaginação, o faz-de-conta, no qual a criança vai imaginar outra realidade, fantasiar, sonhar. Podemos citar como exemplo o teatrinho de bonecos, no qual os bonecos ganham vida, ações, cenários e um mundo só deles. O simbólico envolve um universo diferente do concreto, do real, envolve um universo de pensamentos e sentimentos. Quando a criança brinca de casinha, de ir ao mercado, quando finge ser um adulto, ou quando imita um animal, ela está exercitando o jogo simbólico, ou seja, transformando a realidade em símbolos.

Símbolos são representações. Eles não nascem com significado, nós que damos significado a ele. Então, se uma criança pega uma vassoura e diz que é um cavalo, no universo simbólico, a vassoura é um cavalo. Esse exercício de imaginação contribui para o desenvolvimento cognitivo da criança, pois estimula o raciocínio, e é divertido. Até na vida adulta nós usamos o lúdico, ao ver um filme, ler um livro, contar e ouvir histórias, tudo mexe com nossa imaginação, acionando pensamentos e sentimentos.

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

★ Atividades Psicomotoras

Toda criança precisa se movimentar, aliás, os adultos também, porém, para a criança é uma questão de desenvolvimento. A coordenação entre os movimentos, chamada de coordenação motora, é fundamental para o aspecto neurológico e físico. A escola tem como função promover o exercício da coordenação motora grossa (que envolve grandes grupos musculares, como subir escadas) e da coordenação motora fina, como escrever e desenhar.

Por isso, o cuidador escolar terá responsabilidades que envolvem esse tipo de exercício, principalmente em crianças com deficiência. Algumas deficiências causam atrofia muscular e comprometimentos neurológicos, nestes casos, é importante a estimulação constante dos grupos musculares da criança, ajudando-a a praticar exercícios de coordenação motora grossa e fina, que possivelmente serão passados pelo fisioterapeuta da criança. Como as crianças passam muito tempo na escola, às vezes sentadas, é preciso inserir atividades desse tipo para estimular a circulação sanguínea e os movimentos musculares, assim como arejar o cérebro.

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

★ Brincadeiras Didáticas

Brincadeiras didáticas são as que ensinam algo à criança. Podem ensinar regras e limites, comportamentos ou conteúdos escolares. Existem muitas variações dentro desse grupo, por exemplo: brincadeiras que ensinam matemática, que ensinam a ler, que ensinam a escrever, que ensinam a desenhar, etc., ou seja, brincadeiras que estimulam o aspecto intelectual. Além dessas, temos as brincadeiras que ensinam coisas práticas como: preservar o meio ambiente, higiene pessoal, se vestir, se alimentar, arrumar suas coisas, realizar tarefas em casa e na escola.

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

★ Sociais

Brincadeiras podem ser didáticas também em um nível sócio-interacional, temos brincadeiras que ensinam a melhorar as relações humanas, por exemplo, como se comportar em público, respeitar as pessoas, cooperar. Outro tipo de brincadeira social importante é a que envolve o aspecto emocional, no qual ensinamos as crianças a serem pacientes, resilientes, a lidar com problemas e frustrações, a entender as outras pessoas e a si mesmas. Ao lidar com a deficiência, por exemplo, podemos propor brincadeiras que ajudem a entender o outro e a entender a própria deficiência.

Agora que conhecemos os grandes grupos de brincadeiras, iremos mostrar algumas que podem ser feitas com crianças de diferentes faixas etárias, independentemente de terem comprometimento físico, motor ou intelectual. Devemos lembrar que o importante em uma brincadeira é se divertir, por isso, mesmo que tenham regras, essas brincadeiras podem ser adaptadas e modificadas de acordo com as necessidades e idade das crianças. Outro detalhe é que a maioria das brincadeiras trabalham mais de um aspecto, lúdico, didático, social e psicomotor. Vejamos:

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

1. **Caça ao tesouro:** brincadeira conhecida em muitos países e fácil de organizar. Você esconde pequenos tesouros em um local seguro e amplo. Podem ser materiais escolares, brinquedos, doces, o que for mais conveniente. Elabore um mapa com dicas e pistas e separe as crianças em grupos, aí é só se divertir;
2. **Caixa das sensações:** escolha uma caixa de papelão e faça dois buracos redondos (que caibam um braço) em uma das faces da caixa. Dentro da caixa você deve colocar materiais de texturas diversas: veludo, cortiça, madeira, blocos lógicos, tecidos, pelúcias. Uma variação dessa brincadeira é colocar alimentos como gelatina, frutas, legumes, para a criança identificar. Você também montar equipes nesse jogo;
3. **Acerte o alvo:** o alvo pode ser feito em casa ou na escola e os dardos podem ser comprados em lojas de brinquedo e 1,99, lembramos que não podem ter ponta, tem que ser aqueles que grudam;
4. **Argolas:** você compra argolas e separe garrafas pet. Encha as garrafas com água. As crianças tentarão acertar as garrafas com as argolas;
5. **O mestre mandou:** uma criança será o mestre e mandará os outros alunos realizarem tarefas, pode ter um fim didático, ensinando comportamentos de boa educação;

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

6. **Passar anel:** as crianças se sentam em um semicírculo. Uma outra criança recebe um anel e esconde entre as mãos. Ela passará suas mãos fechadas em cada um dos pares de mãos (em forma de concha) dos colegas e deixará o anel em um deles. Todos tentarão adivinhar onde está o anel;
7. **Futebol de tampinhas:** ao invés de botões, usamos tampinhas de garrafa pet para formar times e jogar;
8. **Boliche de garrafas pet:** você enche as garrafas pet com líquidos coloridos e escolhe uma bola adequada para as crianças jogarem e tentarem derrubar as garrafas;
9. **Peteca:** o objetivo é não deixar a peteca cair, forme grupos de crianças e deixe que interajam;
10. **Passa ou repassa:** competição de perguntas e respostas entre dois grupos. Um grupo deve responder a pergunta ou passar para o outro, deve responder o repassar de volta, então, o grupo responde ou paga, executando alguma tarefa;

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

11. **Estátua:** você coloca uma música para as crianças e pede que dançam e se movimentam, quando quiser, aperte pausa, elas terão que parar de se mexer, ou seja, virar estátua, espere um minuto, quem se mexer estará fora da brincadeira;
12. **Esconde- esconde:** uma das mais populares e antigas brincadeiras entre crianças, consiste em: uma das crianças se encosta na parede (bate-cara), enquanto as outras se escondem. A criança conta até 100 e depois vai procurar os colegas;
13. **Jogo da memória:** faça cartões com pares de animais. Organize os cartões lado a lado e deixe que as crianças observem, depois vire-os. As crianças devem achar os pares;
14. **Pescar o peixe:** faça peixinhos de isopor, ou outros animais, e jogue-os em uma bacia, peça para as crianças tentarem pescar com palitos de *hashi* (os que usamos para comer comida japonesa), ou outros palitos que não tenham pontas muito finas;
15. **Imagem e ação:** escreva o nome de filmes e personagens conhecidos pelas crianças em papéis, dobre-os e reserve. Divida as crianças em dois grupos. Providencie uma lousa ou lugar para desenhar. Uma das pessoas do grupo deve pegar um papel e desenhar dicas para o grupo tentar adivinhar de que filme ou personagem se trata;

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

16. **Stop:** uma brincadeira que pode ensinar muito. Distribua papel e caneta. Divida o papel em colunas. Veja abaixo:

	Nome	Cor	Fruta	Animal	Local

Capítulo 3 – AS BRINCADEIRAS PARA RECREAÇÃO INFANTIL

Esse **Stop** é bem simples, você pode jogar com crianças menores, e até com as que ainda não são alfabetizadas, pedindo para elas desenharem ao invés de escrever os nomes. Com crianças maiores e adolescentes, você pedir que surgiram os nomes incluindo músicas, artistas, atletas, esportes, palavras em língua estrangeira.

17. **Quente e frio:** uma criança esconde um objeto e as outras devem procurar. Quando estão perto estará quente, e quando longe, frio. A criança que escondeu fica orientando.

Precisamos lembrar que essas brincadeiras podem ser adaptadas para as crianças com deficiência ou autismo poderem participar, porém, é preciso conhecer o quadro clínico e as condições físicas da criança (além de considerar as condições emocionais no dia da brincadeira) para sugerir adaptações, então não o fizemos, ficará a cargo do bom senso do cuidador e dos outros profissionais da escola.

A photograph of a classroom scene with a teacher and several young students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a student. Other students are seated around the desk, some looking at their own books. The scene is overlaid with a semi-transparent blue filter. The text 'CAPÍTULO 4 – ATIVIDADES LÚDICAS' is centered over the image in a white, bold, sans-serif font.

CAPÍTULO 4 – ATIVIDADES LÚDICAS

CAPÍTULO 4 – ATIVIDADES LÚDICAS

No capítulo anterior conhecemos os quatro grandes grupos de brincadeiras. Um deles, o grupo do jogo simbólico, inclui brincadeiras de faz-de-conta, de fantasia, que envolvem a imaginação e a parte cognitiva. Esse grupo é muito importante para as crianças porque é totalmente lúdico, ou seja, a criança pratica livremente, por pura diversão, sem nenhum outro objetivo. Mesmo assim, suas estruturas mentais são acionadas e se desenvolvem com esse exercício.

Neste capítulo, iremos apresentar uma sequência de atividades que irão divertir usando o jogo simbólico, e ao mesmo tempo, sem a criança perceber, contribuir para o desenvolvimento mental, cognitivo e intelectual da mesma.

CAPÍTULO 4 – ATIVIDADES LÚDICAS

➤ Brincando com a imaginação

Quem não gosta de sonhar? Quem nunca se imaginou em outros locais, em outras épocas, sendo outra pessoa? Em nossa mente não há barreiras e uma das ações mais divertidas e livres do ser humano é criar histórias em sua imaginação. Criar histórias junto com as crianças é uma atividade lúdica, criativa e didática. Quando somos crianças criamos todo um mundo de fantasia e sonhos. Quando crescemos, não podemos perder essa capacidade de sonhar, de imaginar, não podemos esquecer o lúdico. Por isso, a atividade de hoje é tão gostosa!! Você ajuda a criança a criar um ou vários personagens. Vamos às etapas:

- **Definir o personagem:** se é humano, um alienígena, um animal, um ser mágico, etc.
- **Idade:** criança, adolescente ou adulto.
- **Aparência:** descrever em detalhes o cabelo, a cor da pele, a roupa, cor dos olhos, o corpo, a expressão, etc.
- **Acessórios:** se carrega alguma arma (escudo, arco e flecha...), se tem bolsa, como são os sapatos, se tem varinha mágica, essas coisas.
- **Personalidade:** é boa ou má? É bem-humorado? É simpático?

CAPÍTULO 4 – ATIVIDADES LÚDICAS

Estimule a criança a desenhar e pintar o personagem, e ir acrescentando detalhes. Deixe a criança livre para incorporar no personagem as características que desejar, mesmo que não faça sentido. O personagem precisa de um lugar para viver vocês não acham? Então, explique para a criança que ela deve criar um lugar para seu personagem morar, use as dicas a seguir:

- Pergunte à criança sobre a casa do personagem, suas coisas, seu quarto, o que tem na geladeira. Ajude-a a criar a cozinha e a sala de acordo com os gostos do personagem, por exemplo, se ele gosta de cozinhar vai haver várias panelas, utensílios, espaço na cozinha. Se ele gosta de assistir filmes vai ter uma TV bem grande na sala e sofás confortáveis, e assim por diante.
- Questione sobre as roupas e os acessórios pessoais do personagem e onde ele gosta de usá-los.
- Agora fale sobre a cidade, o país, o mundo em que ele vive. As paisagens, se é frio, quente, se tem um cenário urbano ou mais selvagem e estimule a criança a desenhar.
- Peça para a criança dar nome aos lugares que criar!

CAPÍTULO 4 – ATIVIDADES LÚDICAS

Conforme as ações vão se encadeando a tendência é que a criança solte a imaginação, é muito comum que ela interaja com as outras e troquem informações. Deixe as crianças brincarem livremente, sem interferir nas histórias e criações delas.



(Disponível em: <<http://pigarts.blogspot.com/2014/11/turma-do-xaxado-antonio-cedraz.html>>. Acesso em: 20 fev. 2019)

CAPÍTULO 4 – ATIVIDADES LÚDICAS

Além do cenário, você pode ajudar a criança a criar uma biografia para seu personagem. Em uma biografia, você deve estimular a criança a imaginar o seguinte:

- Onde seu personagem nasceu? O universo dele ou dela, a cidade, o país, todos podem ser criados, não precisa ser do mundo concreto.
- Qual a idade de seu personagem?
- Como é a família de seu personagem? Tem irmãos e irmãs? Tem pais legais ou não se dá bem com a família? Aqui você já começa a criar uma história, pode descrever as situações pelas quais seu personagem passou durante a vida na casa em que viveu e com as pessoas próximas.
- Crie amigos e amigas: seu personagem deve ter crescido cercado de pessoas, ou não? Ele ou ela tem dificuldades de se relacionar? Por quê?
- Vida escolar: o seu personagem frequentou ou frequenta a escola? Como é essa escola e a convivência? Se ele não frequentar, como ele aprende?
- Profissão/Hobbies/Esportes/Artes: o seu personagem se interessa por algo em especial? O quê?

CAPÍTULO 4 – ATIVIDADES LÚDICAS

Faça essas perguntas para a criança de modo pausado, uma a uma, sem pressa, essas atividades podem demorar dias ou semanas para serem concluídas, o importante é a diversão. Atividades lúdicas precisam ser prazerosas, então nunca obrigue a criança a criar, a desenhar, ela deve ter iniciativa, você apenas irá orientar e guiar.

Abaixo sugerimos um livro que ajuda a criar histórias em quadrinhos. É muito interessante, pois estimula a coordenação motora e a criatividade:

CRIANDO TIRINHAS

Tirinhas são histórias em quadrinho supercurtas. Use um painel para o começo, um para o meio e um para o final da história.

Escolha um personagem e um problema nas listas abaixo e desenhe uma tirinha nos painéis em branco.



Personagens

- ★ Viking desastrado
- ★ Borboleta zangada
- ★ Cão com medo de rato
- ★ Macaco mandão
- ★ Pirata que adora dançar



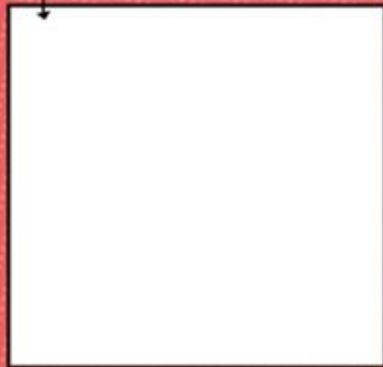
Problemas

- ★ Risco de monstro
- ★ Derramar uma bebida quente
- ★ Chegar atrasado na escola
- ★ Queda de uma árvore enorme
- ★ Cometer um erro constrangedor

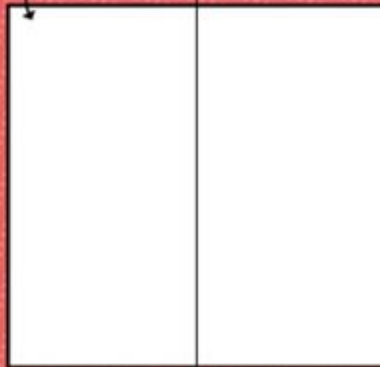
Para variar, veja estas maneiras de mostrar seus personagens em cada painel:



Apresente seu personagem aqui e desenhe um cenário.



Apresente um problema para complicar a vida do seu personagem.



Resolva o problema - ou, para um final triste, faça o personagem fracassar.



A photograph of a classroom scene with a teacher and several students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a young girl with long dark hair. Other students are visible in the background, some looking towards the teacher. The entire image has a blue color overlay.

CAPÍTULO 5 – A INCLUSÃO SOCIAL

CAPÍTULO 5 – A INCLUSÃO SOCIAL

Na nossa sociedade existem alguns grupos sociais que são marginalizados, seja por questões físicas, raciais, étnicas, de orientação sexual, de identidade de gênero, de vulnerabilidade socioeconômica, baixa-renda e outras, que acabam fazendo com que sejam rejeitadas e excluídas. A inclusão social é um conjunto de ações afirmativas e políticas públicas que tenta diminuir ou extinguir essa marginalização, promovendo a participação social desses grupos e a igualdade de oportunidades.

A inclusão social é garantida por lei, pois todos, no Brasil, temos os mesmos direitos e estes devem ser respeitados. Isso é afirmado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e reforçado pela Constituição Federal de 1988.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, onde ocorreu um grande genocídio, de mais de 6 milhões de pessoas, em sua maioria judeus. A declaração visava garantir que nunca mais os direitos humanos fossem desrespeitados, principalmente nesse nível. O Brasil membro da ONU, se comprometeu a garantir esses direitos para todas as pessoas, independentemente de classe social, raça, credo, etnia, etc. (PORFÍRIO, 2020).

CAPÍTULO 5 – A INCLUSÃO SOCIAL

Em 1988, foi publicada a nova Constituição Federal, após mais de 20 anos de ditadura militar e desrespeito aos direitos civis. Essa lei garante a igualdade de direitos a todos os cidadãos brasileiros, tentando reconstruir a coesão social, a democracia e uma sociedade mais justa. Um país democrático e progressista só se constrói com igualdade de direitos e equidade social.

No Brasil, muitos conflitos são ocasionados pelas desigualdades sociais. Um indivíduo excluído, marginalizado e sem oportunidade de participação social através de trabalho, cultura, educação e outros direitos, acaba por se voltar contra essa sociedade que o excluiu. Obviamente não todos, mas os números de violência são bem maiores em sociedades com grandes desigualdades e exclusão sociais (PORFÍRIO, 2020).

A razão para uma sociedade assim, desigual, está na sua trajetória histórica. Somos um país colonizado, explorado e nesse processo muitos grupos foram introduzidos no país através da própria violência e da marginalização. Primeiro os portugueses, que vieram em busca de oportunidades que não tinham no país de origem, ou seja, um grupo excluído. Em seguida, a violência usada contra os nativos indígenas, para tirar suas terras, e mais tarde, contra os africanos, trazidos à força para trabalho escravo na colônia. Ou seja, o país se forma sobre uma base injusta e desigual (PORFÍRIO, 2020).

CAPÍTULO 5 – A INCLUSÃO SOCIAL

A abolição da escravatura em 1888 deu liberdade aos pretos, mas não garantiu a inclusão social dos mesmos. Eles não tinham oportunidades de estudar, de exercer trabalhos bem-remunerados, nem o mesmo tratamento que os brancos. Os imigrantes europeus que vieram substituir a mão de obra escrava também foram segregados e tratados sem igualdade. As imigrações que ocorreram no Brasil, império e república, fortaleceram os preconceitos, estereótipos, exclusão e claro, os conflitos sociais.

A partir do século XX, as ações e políticas públicas que objetivavam apaziguar os conflitos, as desigualdades e a exclusão social começaram a crescer e a se multiplicar em nosso país. Atualmente, ainda buscamos uma política de igualdade, de equidade social e de equilíbrio, mas como podemos chegar a esse ponto? O que deve ser feito? Para o assistente social Romeu Kazumi Sasaki, inclusão social é “um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.” (SASSAKI, 1997, P.41)

CAPÍTULO 5 – A INCLUSÃO SOCIAL

Pensando no contexto social atual do país, podemos dizer que os seguintes grupos são os mais afetados pelas desigualdades de oportunidades, marginalização, preconceito e violência (PORFÍRIO, 2020):

- Pretos e seus descendentes;
- Pessoas com orientação sexual ou relações afetivas que não se encaixam no padrão heteronormativo;
- Pessoas com identidade de gênero não-binária, transexuais, travestis, transgêneros e outras identidades;
- Indígenas e seus descendentes;
- Mulheres;
- Deficientes e pessoas com síndromes, doenças mentais, problemas neurológicos e outras situações (PORFÍRIO, 2020).

CAPÍTULO 5 – A INCLUSÃO SOCIAL

Esses grupos sociais ainda lutam por seus direitos, pela igualdade de oportunidades na educação e no mercado de trabalho, pelo acesso aos bens culturais, pelo direito à saúde, moradia, pela liberdade de ir e vir sem serem vítimas de violência, de discriminação e preconceito. O racismo, enfrentado pelos pretos e seus descendentes, é recorrente na nossa sociedade, é estrutural.

Os deficientes foram segregados por muitos séculos, em instituições específicas, assim como os doentes mentais e pessoas com distúrbios neurológicos. Não tinham direito à educação, à liberdade e autonomia. Atualmente, promover a participação dessas pessoas em todos os setores da sociedade é uma ação de inclusão social.

Grupos que sofrem muito preconceito e discriminação no país são os dos homossexuais e os transexuais. São grupos marginalizados na área da educação, no mercado de trabalho, até mesmo pela área de saúde (não podem doar sangue), em práticas religiosas, culturais, isso quando não são vítimas de alto grau de violência e mortalidade.

CAPÍTULO 5 – A INCLUSÃO SOCIAL

Populações de baixa renda, além de vulneráveis, são ignoradas em muitos aspectos sociais. Essas populações têm que sobreviver em locais de habitação impróprios, sem recursos como saneamento básico, transporte, escolas, segurança e serviços de saúde. Falta emprego formal para essas pessoas e oportunidades de estudos que melhorem sua condição de vida, com isso, a miséria, a mortalidade e a violência se perpetuam.

Os mesmos problemas fazem parte do cotidiano de comunidades rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras. Faltam recursos, investimento humano e financeiro, mesmo que a lei garanta alguns direitos, ela não é cumprida integralmente. Com isso, aumenta a necessidade de ações e políticas públicas que foquem no cumprimento das leis, na redução das desigualdades e no aumento de oportunidades para esses grupos.

CAPÍTULO 5 – A INCLUSÃO SOCIAL

Sobre as ações de inclusão social, ou políticas públicas, podemos citar, como mais recentes, no país (PORFÍRIO, 2020):

- **Cotas:** reservadas para deficientes, indígenas, alunos de escolas públicas ou com bolsa integral em escola particular, e afrodescendentes em universidades e concursos públicos;
- **Inclusão escolar:** garantia de vaga para todas as crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) nas escolas de ensino regular;
- **Assistência Social:** para pessoas de baixa renda ou em condições de vulnerabilidade social;
- **Profissionalização de jovens de famílias carentes;**
- **Assistência social e psicossocial para homossexuais, transexuais e travestis;**
- **Acessibilidade:** lei de acessibilidade e ações garantidas por essa lei para acesso do deficiente ao trabalho, transporte, saúde, educação e outros setores da sociedade.

Assim, podemos perceber que incluir na sociedade pessoas que historicamente foram deixadas à margem da cultura, da educação, do lazer, da profissionalização, dentre outros, é uma medida urgente e necessária para que o nosso país seja um lugar de igualdade de oportunidades e direitos, diminuindo assim, muitos problemas sociais que têm origem na desigualdade.

A photograph of a classroom scene with a teacher and several students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a young girl with long, dark, curly hair. Other students are visible in the background, some looking towards the teacher. The entire image is overlaid with a semi-transparent blue filter. The text 'CAPÍTULO 6 – A INCLUSÃO ESCOLAR' is centered over the image in a white, bold, sans-serif font.

CAPÍTULO 6 – A INCLUSÃO ESCOLAR

CAPÍTULO 6 – A INCLUSÃO ESCOLAR

O Brasil tem lidado com as deficiências de modos diferentes ao longo de seus 500 anos de fundação. Em 1600, já existia aqui uma instituição especializada mantida pela Santa Casa da Misericórdia, que abrigava deficientes. Durante o império, a igreja mantinha instituições filantrópicas que recebiam crianças deficientes abandonadas e se incumbia da educação de crianças órfãs que tinham problemas mentais. Até o século XX, porém, a maioria dos deficientes não recebia cuidados especializados (FERREIRA, 2005).

No século XX, começam a surgir escolas de educação especial que trabalhavam em conjunto com as escolas de ensino regular. Em 1942, já havia no país 40 escolas públicas de ensino regular que atendiam crianças com deficiência. Em 1954 nasce a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Em 1963, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura instituiu o Serviço de Educação dos Excepcionais. A inclusão do deficiente no ensino regular só começa de fato nas décadas finais do século XX.

Até a década de 1980, a escola não era frequentada por todos em idade escolar. Muitos acabavam deixando a escola alguns anos depois de ingressarem para trabalhar e ajudar a família nas despesas. Assim, a escola sofria com grande evasão e acabava sendo um privilégio para uma minoria.

CAPÍTULO 6 – A INCLUSÃO ESCOLAR

Desde promulgação da Constituição Federal de 1988, nossa sociedade tem passado por um período de redemocratização e de construção de ideais inclusivos. A escola, como reflexo que é do contexto histórico-cultural vigente, também passou por inúmeras transformações nas últimas décadas. A nova constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, defendem um novo paradigma, democrático e universalizado, no qual a educação é direito de todos os cidadãos brasileiros e a escola deve ser um lugar para todos.

Na década de 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a LDB começa a se construir um ideal de educação que deve acolher, integrar e ensinar todas as crianças e adolescentes em idade escolar e oferecer estudos a quem não pode frequentar a escola na idade padrão. Essa escola deve ser, pela lei, gratuita e oferecida pelo poder público, em todas as etapas da Educação Básica.

CAPÍTULO 6 – A INCLUSÃO ESCOLAR

Em 1994, ocorre na cidade espanhola de Salamanca a **Conferência Mundial sobre Educação Especial**, e é considerada o maior marco para a Educação Inclusiva do século XX. O documento assinado nessa convenção é conhecido como **Declaração de Salamanca** e traz diretrizes para educação de crianças com necessidades educacionais especiais (ONU-BRASIL, 2020). A inovação do discurso desse documento é significativa já que afirma que uma Educação Inclusiva deve englobar não só crianças com deficiência, mas crianças marginalizadas e excluídas do contexto escolar por condições sociais, emocionais e familiares.

As mudanças que esse novo paradigma educacional trouxe foram enormes. A escola passou a receber grande quantidade de alunos e estes vinham de todas as classes sociais, da educação especial, de vários níveis culturais e das mais diversas estruturas familiares, ou seja, se tornou uma escola inclusiva. Essa escola ainda está em processo de adaptação a esse público diversificado, ainda está em expansão para poder atender a todos.

A inclusão educacional trouxe para a escola de ensino regular não só deficientes, mas crianças marginalizadas socialmente, crianças com problemas graves, de origem familiar ou cognitiva, crianças com distúrbios, transtornos de aprendizagem. A **Educação Inclusiva** ou **Inclusão Escolar** é, portanto, uma modalidade na qual todos devem frequentar a escola e esta deve estar preparada para ensinar a todos, deve se adaptar ao seu público e não o contrário.

CAPÍTULO 6 – A INCLUSÃO ESCOLAR

Embora nós educadores consideremos inclusão algo muito extenso, um conceito amplo, o mais comum ao se falar em inclusão é pensar em deficientes. Uma escola de ensino regular deve preparar a todos para uma vida plena, o que pressupõe não só o ensino da parte acadêmica, mas da parte social. Assim, os alunos devem estar aptos para serem não só funcionais em casa e na vida social, mas também integrados na sociedade em que vivem.

As crianças que precisam da educação especial são amparadas pela Lei 13.146 de 2015, conhecida como Estatuto do Deficiente, ou Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015). Essa lei garante atendimento especial aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) que são: deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual, deficiência física, deficiências múltiplas, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades.

O Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014), classifica como Educação Inclusiva a que acolhe e ensina crianças com NEE através do atendimento educacional especializado – AEE, que deve ser oferecido preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais. Antes da LDB de 1996, esses alunos eram atendidos na Escola de Educação Especial, ou Escola Especial, como a APAE, mas agora são alunos da Escola de Ensino Regular (obrigatoriamente desde 2003).

CAPÍTULO 6 – A INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar abrange todos os níveis da educação: Educação Básica e Superior; e também todas as etapas de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação Especial. Portanto, o aluno que necessitar de um cuidador é amparado pela Lei de Inclusão para solicitar o mesmo em qualquer nível de ensino no qual esteja matriculado (BRASIL, 2015).

Uma escola inclusiva deve deixar seus pressupostos a esse respeito escritos e detalhados no Projeto Político Pedagógico – PPP, trabalhando constantemente para que todos os objetivos educacionais sejam cumpridos e melhorados. Assim, a inclusão escolar sai do papel e se torna algo que é parte da rotina da escola e da sociedade.

A photograph of a classroom scene with a teacher and several young students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a tablet. The students are sitting at desks, some looking at their own tablets or notebooks. The entire image is overlaid with a semi-transparent blue filter.

CAPÍTULO 7 – A INCLUSÃO DIGITAL

CAPÍTULO 7 – A INCLUSÃO DIGITAL

Inclusão digital é proporcionar o acesso de todas as pessoas à tecnologia e seus dispositivos. Esse acesso é levado a populações de baixa renda, com pouca escolaridade e pouco acesso à informação. Também faz parte da inclusão digital levar as tecnologias para as escolas, ensinando as crianças a lidarem com elas. Além disso, ensinar as pessoas de todas as idades a lidarem com os serviços digitais e o fluxo de informações também é inclusão digital. Neste capítulo, explicaremos melhor esse processo.

A tecnologia da informação envolve uma linguagem própria e dispositivos específicos para o desenvolvimento e a circulação de conteúdo, sendo assim, o primeiro passo para se incluir uma pessoa nesse processo é ensinar essa linguagem e descrever o funcionamento dos dispositivos de tecnologia. Para esse fim, é preciso conhecer, então:

CAPÍTULO 7 – A INCLUSÃO DIGITAL

- **Dispositivos:** apresentar e ensinar o funcionamento de celular, smartphone, tablet, notebook, televisão digital e outros dispositivos que estejam disponíveis;
- **Linguagem:** como é o processo de comunicação nos dispositivos tecnológicos descritos, ou seja, como funcionam as redes sociais, a troca de e-mail, a troca de mensagens nos aplicativos de mensagens, como baixar e usar aplicativos úteis para o usuário e como compartilhar conteúdo de forma segura;
- **Produção de conteúdo:** como fazer vídeos, gravar mensagens de voz, digitar textos, usar os programas do office do Windows (word, excel, power point), escrever textos, etc.;
- **Internet:** como usar todos os recursos do Google e outros navegadores, como pesquisar informações, como manter as informações seguras, etc.;
- **Ferramentas:** incluir digitalmente a pessoa é ensinar a ela como usar a tecnologia para facilitar sua vida, suas ações e suas tarefas do cotidiano.

CAPÍTULO 7 – A INCLUSÃO DIGITAL

Para que essas ações sejam realizadas, uma série de estratégias devem ser desenvolvidas pelos órgãos governamentais. Essas estratégias devem estar afinadas com as características do público a quem se destinam. Atualmente, entre as ações para inclusão digital promovidas na nossa sociedade, destacamos as que se direcionam às populações de baixa-renda, aos idosos e aos deficientes. Vejamos algumas delas:

Inclusão Digital de Idosos

O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), em seu artigo 21, afirma que

O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

CAPÍTULO 7 – A INCLUSÃO DIGITAL

Pensando nisso, uma ação de inclusão digital foi criada e desenvolvida pelo Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia “José Ermírio de Moraes” (IPGG), que atende idosos na cidade de São Paulo. Esse programa de inclusão tem como objetivo ensinar os idosos a usarem computadores, notebooks, tablets e smartphones, com suas respectivas ferramentas, para que eles consigam se comunicar e usufruir dos serviços que estes instrumentos proporcionam aos usuários. No site **Saúde da Pessoa Idosa** (2020), da Fiocruz, o instituto afirma que oferta cursos de inclusão digital com o objetivo de integrar gerações, otimizar o tempo dos idosos e facilitar ações do cotidiano dos mesmos.

CAPÍTULO 7 – A INCLUSÃO DIGITAL

- **Inclusão Digital de Populações com Baixa Renda**

Existem inúmeros projetos que promovem o acesso ao conhecimento sobre tecnologias da informação, nos mais diversos níveis, para populações carentes. Um desses projetos é o do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) que oferta um programa de inclusão digital para adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade, em bairros carentes de Belém, no Pará. Esse projeto oferece curso básico de informática e em 10 anos capacitou mais de 800 pessoas (fonte: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/06/projeto-de-inclusao-digital-oferece-oportunidade-populacao-carente.html>).

Esses programas são muito importantes para promover a igualdade de oportunidades no nosso país. Sabemos que muitos adolescentes e jovens adultos não tem como estudar ou se preparar para o mercado de trabalho através da internet por não terem acesso aos dispositivos e nem saberem como usar a tecnologia para essas tarefas. Assim, essas ações de inclusão levam os benefícios da tecnologia a cada vez mais pessoas.

CAPÍTULO 7 – A INCLUSÃO DIGITAL

- **Inclusão Digital de Pessoas com Deficiência**

Entre diversos tipos de acessibilidade para pessoas com deficiência, temos a acessibilidade digital ou tecnológica. Essa acessibilidade se dá de duas formas: a primeira diz respeito ao acesso às tecnologias da informação, assim como os idosos e a população carente, e o outro, mais específico, é a adaptação dessas tecnologias ao uso do deficiente. Quanto à primeira forma, o deficiente tem acesso ao uso de tecnologias através dos programas de inclusão digital que são oferecidos pela iniciativa pública e privada. Já a segunda forma se dá através da Tecnologia Assistiva.

A tecnologia assistiva está progredindo e se expandindo cada vez mais no Brasil. Um exemplo eficiente e inovador é o Núcleo de Tecnologia Assistiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE/UFRJ). Esse núcleo tem desenvolvido projetos que promovem acessibilidade do usuário às ferramentas tecnológicas que facilitam sua rotina em casa, no trabalho e na escola.

CAPÍTULO 7 – A INCLUSÃO DIGITAL

Os principais projetos desse núcleo são:

- **Projeto DOSVOX:** programa de síntese de voz para uso de deficientes visuais;
- **Projeto MOTRIX:** programa que funciona por comando de voz, para usar o computador, desenvolvido para deficientes tetraplégicos ou que tem comprometimento motor grave;
- **Projeto MicroFênix:** computação para deficientes motores que apresentam comprometimento da fala, acionado por microfone;
- **Projeto MecDaisy:** livros digitais sonoros para deficientes visuais;
- **JOGAVOX:** sistema para criação de jogos pedagógicos inclusivos;
- **Prancha Fácil:** pranchas de comunicação alternativa.

Além desses projetos, que facilitam a vida cotidiana, o lazer e o aprendizado das pessoas com deficiência, podemos encontrar outros projetos no site do núcleo: <http://intervox.nce.ufrj.br/>. Esse site contém informações sobre como usar essas ferramentas e programas e o usuário pode baixá-los gratuitamente. São programas de computador muito úteis na escola, pois facilitam o aprendizado do aluno com NEE.

A photograph of a classroom scene with a teacher and several students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a student. Other students are seated around the desk, some looking at their own books. The scene is overlaid with a semi-transparent blue filter. The text 'CAPÍTULO 8 – A MEDIAÇÃO ESCOLAR' is centered over the image in white, bold, sans-serif font.

CAPÍTULO 8 – A MEDIAÇÃO ESCOLAR

CAPÍTULO 8 – A MEDIAÇÃO ESCOLAR

A mediação escolar é feita por um profissional de apoio escolar que tem a função de acompanhar o aluno em suas tarefas diárias. Diferente do cuidador, o mediador escolar tem formação adequada para orientar o aluno em suas atividades pedagógicas, tarefas e estudos. Geralmente, acompanha a criança com NEE dentro e fora da sala de aula, incluindo o AEE.

Dentro da sala de aula o mediador auxilia o professor no ensino do aluno com dificuldades escolares, é um trabalho de parceria, sem interferir na autoridade e autonomia do professor. Sua principal função é ajudar e nunca intervir além dos seus limites.

Fora da sala de aula, o mediador vai trabalhar desde a entrada do aluno, recebendo-o e orientando-o sobre seu horário e suas obrigações. O mediador deve zelar pelo bom comportamento do aluno em todos os ambientes da escola e quando ele receber suas tarefas, o mediador vai cuidar para que ele as cumpra, orientando no que for necessário.

O mediador escolar não necessariamente vai auxiliar individualmente, ele pode ser responsável por grupos de estudos, por treinamentos, aplicação de provas e trabalhos. Ele sempre estará em contato com família, professores e gestão para trocar informações e experiências que melhorem a qualidade de ensino. As principais funções deste profissional dentro da escola são:

CAPÍTULO 8 – A MEDIAÇÃO ESCOLAR

- Estar presente em todos os ambientes escolares, nas aulas, atividades pedagógicas e passeios, auxiliando no ensino e nos cuidados com os alunos;
- Auxiliar alunos e professores nas atividades pedagógicas;
- Manter o aluno concentrado e atuante na escola, de modo que ele cumpra todas suas obrigações;
- Orientar nas tarefas, tirar dúvidas, intermediar o ensino;
- Manter a ordem nas atividades pedagógicas em grupo, eventos coletivos e recreios;
- Manter-se atualizado quanto às práticas pedagógicas, currículo e PPP da escola;
- Conhecer seus alunos e trocar experiências e informações com os professores e gestores, assim como com as famílias (se autorizado pela escola);
- Tudo que for trabalhado pelo mediador escolar, com os alunos e professores, deve ser registrado pelo mesmo, em documentos adequados e entregue periodicamente à escola.

CAPÍTULO 8 – A MEDIAÇÃO ESCOLAR

A postura do mediador escolar também é importante dentro de suas funções na escola. Ele é autoridade e deve ser respeitado como tal, para isso, no entanto, algumas atitudes devem ser observadas:

- Manter a seriedade e a serenidade no trato com as pessoas;
- Ser racional em suas decisões, sem se deixar influenciar pela emotividade, valores ou preferências pessoais;
- Ser profissional: no vestuário, na linguagem, no tom de voz e nos gestos. Ser pontual e ser modelo de conduta correta;
- Manter a discrição quanto ao que acontece na escola;
- Ser atento aos alunos e suas necessidades, ajudando sempre que possível e quando não estiver ao seu alcance informar a quem compete;
- Nunca tirar a autoridade do professor, tampouco invadir ou interferir em seu espaço físico ou pedagógico.

CAPÍTULO 8 – A MEDIAÇÃO ESCOLAR

O mediador deve estar sempre próximo aos alunos, monitorando suas atividades pedagógicas, brincadeiras e comportamentos, assim como suas necessidades. Quanto à criança com NEE, é muito importante que o mediador esteja atento todo o tempo, para suas necessidades, possíveis dificuldades e para auxiliar em seu aprendizado. Muitas vezes, o mediador escolar será a ponte entre o aluno autista ou deficiente, e os colegas, professores.

Além de um cuidado imediato, o mediador escolar deve oferecer às crianças com NEE uma atenção ao desenvolvimento individual de cada uma. Deve observar, no cotidiano, as mudanças de humor, quadros de tristeza, as habilidades dessas crianças, se está sanando suas dificuldades, se está aprendendo. O mediador vai além da prática didática, ele vai orientar o desenvolvimento cognitivo, físico e emocional da criança.

É impossível estabelecer uma fórmula de trabalho sobre a profissão de mediador escolar. Cada criança tem um mundo dentro de si, cada escola também. O mais importante é entrar nesses mundos e conhecer seus alunos, com todo seu potencial e estar presente em cada momento de necessidade. Porém, podemos ver a seguir as principais dificuldades que o mediador pode encontrar em seus alunos:

CAPÍTULO 8 – A MEDIAÇÃO ESCOLAR

- **Comprometimento físico e motor:** alunos que têm dificuldades de comunicação, de movimentação e locomoção. Esses alunos precisarão de ajuda para cumprir suas atividades na escola;
- **Comprometimento mental:** algumas crianças têm retardo mental ou outro comprometimento neurológico, e precisam de ajuda nas tarefas;
- **Problemas comportamentais:** muitas crianças têm dificuldades com a socialização, a interação verbal, a concentração, têm hiperatividade, problemas emocionais e mentais que afetam suas atitudes na escola e precisam ser amparadas;
- **Distúrbios de aprendizagem:** dislexia, dislalia, disgrafia, são alguns dos distúrbios comuns na escola e que precisam de mediadores na hora de ler e escrever.

Quanto à formação, um mediador escolar pode ser um normalista, um pedagogo, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicopedagogo. Tudo vai depender do edital de contratação ou das necessidades da escola em relação ao trabalho de mediação (MOUSINHO et al., 2010). Sendo assim, o mediador precisa ter uma formação um pouco mais ampla que a do cuidador, pois irá exercer, além dos cuidados, tarefas mais específicas na área pedagógica.

A photograph of a classroom scene with a teacher and several students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a young girl with long dark hair. Other students are visible in the background, some looking towards the teacher. The entire image has a blue color overlay.

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

A escola de ensino regular atualmente recebe a todos os alunos, incluindo os de inclusão. Como já aprendemos em capítulo anterior, a inclusão escolar vai além da deficiência, ela engloba o autismo, altas habilidades, distúrbios, transtornos, crianças com todos os tipos de dificuldades emocionais, cognitivas, sociais e de aprendizagem. Embora seja um público bastante diversificado o da escola atual, ela deve estar preparada para ensinar a todos.

Ensinar a todos os alunos é o grande desafio da nossa educação. Mesmo com mais de 20 anos da publicação da LDB, a escola ainda está em processo de adaptação. Construir uma escola inclusiva que deve ser paralela a uma sociedade inclusiva, leva tempo, exige esforço e comprometimento, portanto temos um caminho longo a percorrer.

A escola de ensino regular, nas últimas décadas, está tentando ensinar alunos com ritmos de aprendizagem diferentes, com dificuldades diferentes, de origens sociais e familiares variadas, em um contexto que até então era totalmente tradicional. A escola pública brasileira é antiga, é construída para um ensino tradicional e ultrapassado, foi planejada para isso, porque há 50 anos, essa escola era frequentada por muito menos alunos.

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

É preciso substituir o paradigma educacional ineficiente do aluno padronizado, da sala de aula hegemônica, do método único e engessado de ensino, por um paradigma fundamentado na diversidade e subjetividade do sujeito. Os alunos hoje são diferentes entre si e diferentes dos alunos do passado, portanto, a escola precisa ser presente e futuro, rompendo com essas características já superadas. A escola atual tem os objetivos de acolher, de ensinar e de preparar para o convívio em sociedade, e esses objetivos só serão alcançados com a reestruturação de seus princípios educacionais.

O aluno com deficiência se impõe ao ambiente, como qualquer outro aluno de inclusão, por isso, uma escola acolhedora deve absorver as necessidades e aproveitar as contribuições que esse aluno pode trazer para o convívio escolar. Ou seja, precisamos olhar além da deficiência, tanto para ajudar esse aluno como para ensinar o convívio com a diferença aos outros alunos da escola (MEC, 2006).

Muitas deficiências não trazem o comprometimento cognitivo, e nesse caso é ainda mais urgente a inclusão desse aluno na sala regular. A escola inclusiva precisa acolher todos os alunos, trabalhando pela sua autoestima, sua valorização, seu equilíbrio emocional, sua saúde mental. Também precisa promover um ambiente salubre, com recursos suficientes para o aprendizado de todos (MEC, 2006).

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

Os casos de alunos que não aprendem por causa de seu estado emocional estão crescendo muito nas sociedades ocidentais (cheias de desigualdades, de violência e de exposição virtual excessiva), muitas crianças de inclusão chegam à escola com autoestima baixa, fruto de uma interação social carregada de preconceitos, exclusão, violência, abandono, por isso, é importante a escola tomar algumas medidas para se preparar para receber essas crianças. Algumas dessas medidas podem ser:

- Informar todo o corpo docente sobre as características de todos os alunos de inclusão, antes de as aulas começarem e debater estratégias de acolhimento desses alunos;
- Elaborar um planejamento didático/pedagógico específico para cada tipo de inclusão, principalmente das crianças com comprometimento intelectual, que precisam de adaptações próprias;
- Discutir atitudes e ações afirmativas sobre o convívio dos outros alunos com a inclusão, promovendo o respeito mútuo, a cooperação e a aceitação da diversidade, das diferenças.

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

As crianças de inclusão têm direito ao lazer, à cultura, às práticas sociais e ao exercício pleno da cidadania. Uma vez inseridas na rede regular de ensino, a escola, em parceria com a família e comunidade, deve prover esses direitos. O aluno que tem deficiência, ou múltiplas deficiências, precisa de um olhar mais atento da escola, pois além das questões sociais, estruturais e didáticas, esse aluno envolve questões de saúde e desenvolvimento. A escola precisa estar pronta para esse aluno, em todos esses aspectos.

O material de apoio ao professor para ensinar a criança com deficiência é muito importante. Abaixo, descrevemos alguns recursos que auxiliam no conforto, comunicação e aprendizado de alunos com deficiência:

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

- **Comunicação alternativa e ampliada (CAA):** material didático para quem tem dificuldades de escrita e fala, inclui sistemas de comunicação que substituem a oralidade;
- **Acessibilidade arquitetônica:** a escola deve promover o acesso à quadra, pátio e outras dependências (como banheiros e refeitórios) para a criança poder participar das atividades de Educação Física, de lazer e cultura, promovidas pela escola;
- **Engrossar lápis e canetas:** para facilitar que a criança segure os mesmos com conforto e possa escrever, também pode-se fazer uma pulseira com os mesmos, ou qualquer outra adaptação que ajude a criança;
- **Adaptação dos recursos de informática:** mouse com acionador, teclado colmeia, softwares de tecnologia assistiva como o DOSVOX, MOTRIX, MicroFênix (disponíveis em: <http://intervox.nce.ufrj.br/>);
- **Mobiliário adequado:** lousas e carteiras devem ser adaptadas ao deficiente;

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

- **Ponteira de boca/cabeça:** para que o aluno com dificuldade motora possa escrever, desenhar, digitar, etc.;
- **Pranchas de comunicação:** estas podem conter vocalizadores, que ajudam a criança a se comunicar;
- **Audiodescrição:** narração de vídeos e imagens para o aluno com problemas de visão, muito importante se o professor for passar um filme;
- **Língua de Sinais (Libras):** um intérprete vai facilitar a comunicação e a alfabetização da criança.

Além dos materiais didáticos e paradidáticos, é muito importante a prática docente na educação inclusiva. A escola é responsável pela formação ética e intelectual do cidadão, e pelo processo de democratização do acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade. E essa responsabilidade é estendida a todos: família, escola e sociedade. Guerra (2002) sugere estratégias didáticas para algumas dificuldades apresentadas por alunos com NEE, vejamos:

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

- **Distúrbio de Leitura:** manter o foco no texto; usar letras grandes e com cores fortes; mapear letras, palavras e depois frases; auxiliar na compreensão do conteúdo; manter o aluno em local confortável; inserir o lúdico na leitura;
- **Distúrbio na escrita:** verificar a legibilidade da letra, ajudar o aluno manter a postura e a forma correta de segurar o lápis; não fazer pressão para a criança escrever rápido ou com letra legível; e ficar atento à evolução individual de cada aluno;
- **Distúrbio lógico-matemático:** criar situações-problema; utilizar jogos matemáticos; diversificar o material; utilizar blocos lógicos; usar recursos tecnológicos.

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

A avaliação também não pode ser padronizada e engessada, precisa ser flexível, contínua e focada na evolução individual de cada aluno. O currículo também precisa ser adaptado à escola e às características de seus alunos. Todas as adaptações devem ser feitas para atender as necessidades do aluno e o objetivo principal deve ser uma aprendizagem efetiva. O currículo escolar adaptado ao aluno com NEE não deve contemplar somente a parte física, mas o trabalho com a diferença e a diversidade, através de teorias e práticas, além de atividades culturais e de socialização. Esse currículo deve estar sempre pronto para receber alterações, caso seja necessário, sem prejudicar o conteúdo. Ele deve ter aplicabilidade na sala de aula e auxiliar o máximo possível o trabalho do professor com todas as crianças (MEC/SEESP/SEB, 2005).

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

Todas as adaptações inclusivas na escola devem estar previstas no Projeto Político Pedagógico – PPP. Nesse projeto vão constar:

- Os aspectos físicos da escola e sua estrutura para receber o deficiente, descrevendo todos os recursos de acessibilidade e os padrões que a lei impõem a esses recursos;
- A grade curricular adaptada, com disciplinas que contemplem as características locais;
- As características da comunidade na qual a escola está inserida, considerando também o tipo de público que recebe, descrevendo bairro e cidade;
- A metodologia de ensino e de avaliação, com todos os detalhes sobre os recursos e estratégias didáticas.

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

Existem dois tipos de adaptações do currículo, a de acessibilidade e a pedagógica:

- **Adaptação de acessibilidade:** é a que se faz nos planos arquitetônico e metodológico, para que o aluno possa usufruir da escola com liberdade, participando de todas as atividades;
- **Adaptações pedagógicas:** são as mudanças no projeto pedagógico, nos planos de aula dos professores e no auxílio individual ao aluno com NEE (MEC/SEESP/SEB, 2005).

O currículo inclusivo, além de flexível e adaptado às necessidades dos alunos, deve contemplar a superação das barreiras conceituais e atitudinais em relação à deficiência. Porém, além de todas essas adaptações, uma escola inclusiva de ensino regular deve oferecer também a Educação Especial para alunos com qualquer tipo de deficiência, como Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou com altas habilidades. Essa educação é oferecida no contra turno escolar, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

De acordo com a lei, cada escola deve ter sua sala AEE, porém, se isso não for possível, o aluno é encaminhado à sala mais próxima. A sala de AEE é oferecida, preferencialmente, nas salas de recursos multifuncionais, que são salas preparadas com materiais didáticos próprios para esse atendimento, tais como: código braile, recursos de informática e tecnologia assistiva, impressoras a laser, impressoras Braile e scanner; uso de comunicação alternativa e ampliada. O professor da sala de AEE deve ser licenciado (em curso que tenha na grade disciplinas de educação inclusiva) e ter pós-graduação em Educação Especial.

A função desse atendimento é identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade para que a criança com NEE tenha acesso ao conhecimento, ao aprendizado, assim como seus colegas da sala regular. Isso deve ser feito considerando as necessidades específicas de cada criança PNEE e deve promover a autonomia, a integração social e a participação no mercado de trabalho e na sociedade (BRASIL, 2008).

A escola deve avaliar bem a demanda por atendimento especializado para saber o que reivindicar da Secretaria de Educação e para que esta saiba como atender as necessidades da escola e do público com NEE que a escola receberá em sua sala de AEE.

CAPÍTULO 9 – A ESCOLA COMUM INCLUSIVA

Concluindo, a escola atual necessita de muitas transformações e adaptações para atender ao público diversificado que tem recebido. Além disso, a escola precisa crescer, em estrutura e recursos, pois o número de alunos matriculados no ensino público regular tem aumentado nas últimas décadas, em parte pelo crescimento populacional, mas também pela obrigatoriedade de matricular as crianças mais cedo, pois atualmente é a partir dos 4 anos. Sendo assim, ainda temos muitos anos de trabalho pela frente para melhorar a escola e torná-la cada vez mais inclusiva.

A photograph of a classroom scene with a teacher and several students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a young girl with long, dark, curly hair. Other students are seated around them, some looking towards the teacher. The scene is overlaid with a semi-transparent blue filter. The word "CONCLUSÕES" is centered in white, bold, uppercase letters.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

No presente estudo pudemos aprender sobre a importância do profissional de apoio escolar, o cuidador escolar. A principal função do cuidador escolar é ajudar crianças com dificuldades, em sua maioria, crianças deficientes. Esse profissional vai auxiliar o aluno em suas tarefas na sala de aula, vai cuidar da higiene, alimentação e bem-estar desse aluno, vai zelar pela segurança na sua locomoção e nas atividades fora da sala de aula.

Para exercer essas funções, geralmente o cuidador escolar precisa ter como formação o Ensino Médio, no mínimo. Como os editais de contratação e os processos seletivos das escolas estão cada vez mais exigentes, nós recomendamos aqui uma formação mais específica e completa, ou seja, explicamos os principais temas que o cuidador escolar deve dominar para exercer seu trabalho com mais eficiência. Entre esses temas estão a legislação que deve ser estudada e os principais conceitos sobre inclusão no Brasil.

Para isso, dedicamos um capítulo para ensinar brincadeiras para a recreação infantil e outro para atividades lúdicas, explicando como elas funcionam e como são importantes para divertir e ensinar as crianças. Também estudamos o processo de mediação escolar, que faz parte do cotidiano do cuidador e ajuda a formar parcerias dentro da escola.

CONCLUSÕES

Por fim, pensamos ser importante trazer um capítulo sobre a escola inclusiva, seus desafios, suas perspectivas e suas estratégias didáticas. O cuidador escolar, como pudemos notar, é parte importante da escola inclusiva, ele vai exercer funções de acolhimento, de integração, vai ajudar na socialização dessas crianças, no aprendizado, construindo com elas uma escola inspiradora e aberta para todas as crianças.

A photograph of a classroom scene with a teacher and several young students. The teacher, a woman with blonde hair in a bun, is leaning over a desk, looking at a book held by a student. Other students are seated around the desk, some looking at their own books. The entire image is overlaid with a semi-transparent blue filter. The word "BIBLIOGRAFIA" is centered in white, bold, uppercase letters.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 18 de maio de 2020.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília, DF, 1 jun 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm . Acesso em: 25 de junho de 2020.

BRASIL. DECRETO Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**, Brasília, DF, jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em 27 de junho de 2020.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei n.13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em 20 de junho de 2020.

FERREIRA, V. **Educação especial – Programa de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Ideias de Feuerstein**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

GUERRA, L.B. **A criança com dificuldade de aprendizagem: considerações sobre a teoria e modo de fazer**. São Paulo: Enelivros, 2002.

MEC/SEESP/SEB. **Inclusão: Revista de Educação Especial**. Brasília: Secretaria da Educação Especial. Vol 1. N.1 out. 2005

MEC. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: DEFICIÊNCIA FÍSICA**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Brasília – DF 2006.

BIBLIOGRAFIA

MOUSINHO, Renata et al. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões**. Rev. psicopedag. São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 jun. 2020.

ONU BRASIL. **Documentos Oficiais**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em: 30 abr. 2020.

PORFÍRIO, Francisco. **Inclusão social**. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>. Acesso em 23 de junho de 2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, Editora WVA, 1997, p. 41.

Saúde da pessoa idosa. FIOCRUZ. Disponível em: <https://saudedapessoaidosa.fiocruz.br/pratica/inclus%C3%A3o-digital-para-idosos-integrando-gera%C3%A7%C3%B5es-na-descoberta-de-novos-horizontes>. Acesso em 26 de junho de 2020.